

# A OCUPAÇÃO EFECTIVA DAS COLÓNIAS PORTUGUESAS

**Dalila Cabrita Mateus e Álvaro Mateus**

Os primeiros escravos negros surgiram em Portugal no ano de 1441. E em meados do século XVI, a cidade de Lisboa, numa população total de 100.000 habitantes tinha 10.000 escravos, quase todos negros. Nesse século terão saído de Angola muitos milhares de escravos angolanos, com destino ao Brasil, à América espanhola e ao continente português. A Coroa e as classes dominantes de Portugal, tiveram certamente a sua parcela de responsabilidade. Tal como a tiveram reis e chefes africanos que os caçavam e vendiam. De resto, ainda hoje existem em Portugal aldeias em que vivem gentes com a tez mais escura, descendentes de escravos negros.

A isto chamamos tráfico de escravos. Mas o colonialismo, ensina-o a ciência política, é coisa distinta. No plano jurídico, é a dominação imposta por uma minoria estrangeira a uma maioria «indígena», cultural e civilizacionalmente diferenciada. E esta dominação não é apenas política, mas também e sobretudo económica, com a exploração dos meios de produção e da força de trabalho. Por isso, insistimos em dizer que o colonialismo pressupõe domínio político, exploração económica e, portanto, ocupação efectiva. E continuamos a afirmar ser errado falar dos «500 anos de colonialismo» ou de «colonização portuguesa», na medida em que «colonização» é, em regra, definida como a fundação de colónias com povoadores próprios, num território ou país que não é o seu. Mais consideramos caricato ouvir antigos colonizados a utilizar um argumento da propaganda com que o Estado Novo tentava justificar o direito histórico de permanecer nas colónias e legitimar a guerra em sua defesa.

Com efeito, a ocupação efectiva de Angola (e de Moçambique) foi, durante séculos, muito limitada.

Numa conferência proferida na Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra, em 1932, o coronel Vicente Ferreira, engenheiro e professor no Instituto Superior Técnico, antigo ministro das Colónias e Alto-Comissário em Angola, recordava que, até meados do século XIX, «os europeus, portugueses ou estrangeiros, pouco conheciam do interior da África Tropical. Os estabelecimentos portugueses, em Angola e Moçambique, quase se limitavam a alguns pontos da orla marítima, onde existiam feitorias, postos de aguada e fortalezas ou presídios, que os seguravam contra os ataques dos indígenas e, sobretudo, contra as empresas dos corsários ingleses e holandeses»<sup>1</sup>.

Com efeito, como assinala o historiador Oliveira Marques, «por volta de 1830 ou 1840, a ocupação efectiva de Angola reduzia-se a uma estreita faixa

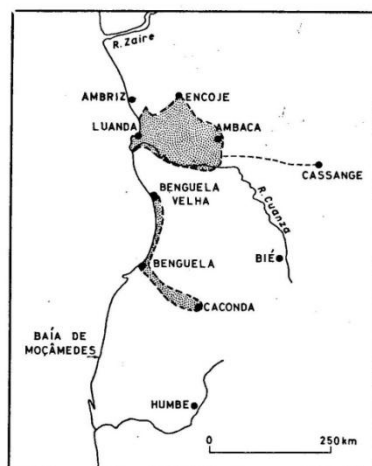
---

<sup>1</sup> FERREIRA, Coronel Vicente, *A Política Colonial Portuguesa em Angola*, p. 11.

costeira de 80 a 130 quilómetros de largura média, sem limites definidos para o interior. No Norte, o território ocupado alargava-se um tanto, abrangendo as duas margens do Zaire, até à actual Matadi, 171 quilómetros distante da foz, onde a nevegabilidade do rio se detém nas Quedas de Água de Livingstone. No Sul, a sueste da Benguela de hoje, a soberania portuguesa alcançava Caconda uns 240 quilómetros a oriente do mar. A própria linha costeira só se conhecia com pormenor até Benguela, antes da expedição naval das décadas de 1830 e 1840 que a traçou de forma científica até à Baía dos Tigres, 17º de latitude Sul»<sup>2</sup>.

A expansão para o interior desenrolou-se com avanços e recuos.

O primeiro período da ocupação terá começado em 1838, «com a conquista militar de um novo presídio, denominado Duque de Bragança, cerca de 80 quilómetros a Leste de Ambaca». Durante este período, «o interior de Luanda, num raio de 240 quilómetros, era a região mais desenvolvida». E é por volta de 1840 que a ocupação se expande para Sul de Benguela<sup>3</sup>.



(Ocupação de Angola, por volta de 1830, segundo Douglas Wheeler, em mapa simplificado de Oliveira Marques)

No segundo período, de 1861 a 1877, a expansão para o Sul de Angola foi reduzida. E «apesar de Moçâmedes (Namibe) ter sobrevivido (com muito pouca ajuda de Luanda) a actividade colonizadora no planalto foi diminuta». Nessa altura, «as viagens por terra entre Luanda e Benguela e entre Benguela e Moçâmedes eram perigosas, por vezes suicidárias»<sup>4</sup>.

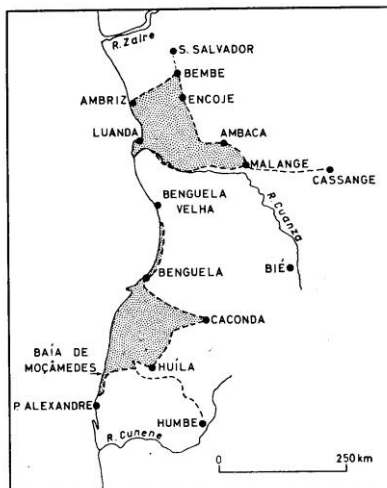
<sup>2</sup> MARQUES, A.H. de Oliveira, *História de Portugal*, vol. II pp. 124 e 125.

<sup>3</sup> WHEELER, Douglas e PÉLISSIER, René, *História de Angola*, pp. 89 e 93.

<sup>4</sup> WHEELER, Douglas e PÉLISSIER, René, *História de Angola*, p.98.

No terceiro período, de 1877 a 1891, verifica-se «um interesse renovado pela expansão para o interior, acompanhado do tradicional interesse costeiro»<sup>5</sup>. Os mapas que aqui inserimos ilustram o povoamento de Angola.

Em 1861, o povoamento no Norte alargara-se até Malange. E no Sul, até à Baía de Moçamedes e à Huila. Silva Porto, referindo-se ao tipo de povoadores do interior de Angola, escreveu: «Desertores, foragidos à justiça ou simples aventureiros, todos, de uma maneira geral, procuravam, na extensão das terras do interior a imunidade em relação às regras da sociedade europeia ou apenas uma melhoria de situação económica»<sup>6</sup>.



(Mapa simplificado de Angola em 1861, com base em D. Wheeler)

Em 1876, quando «os últimos escravos angolanos terminaram o período de serviço que a Lei de 25 de Fevereiro de 1869 os obrigara a prestar aos seus antigos senhores, Angola era constituída por quatro distritos (Zaire, Luanda, Benguela e Moçâmedes), abrangendo uma área de cerca de 100.000 km<sup>2</sup> na planície litoral e um vago controlo sobre entrepostos comerciais no interior. Cerca de 3.000 pessoas de origem europeia e quase meio milhão de indígenas habitavam esse território, cuja situação económica não era invejável, restringidas as exportações a bens resultantes de actividades de predação, tais como o tradicional marfim ou a cera, e à produção de algumas escassas plantações, principalmente de café»<sup>7</sup>.

Três mil pessoas quase em finais do século XIX, ou seja, um português por 415 quilómetros quadrados da Angola que hoje conhecemos.

<sup>5</sup> Idem, p. 99.

<sup>6</sup> SANTOS, Maria Emília Madeira, *DIÁRIO DE ANTÓNIO FRANCISCO FERREIRA DA SILVA PORTO: Viagens e Apontamentos de um Portuense*, p. 38.

<sup>7</sup> VALÉRIO, Nuno e FONTOURA, Maria Paula, «A evolução económica de Angola durante o período colonial», in *ANÁLISE SOCIAL*, vol. XXIX, 1994, f. 1193.

Não tem, pois, qualquer sentido falar de «500 anos de colonialismo». É facto, que Portugal foi pioneiro no contacto com as populações das costas africanas, contactos que remontam ao século XV. E que os portugueses foram criando feitorias na costa, vocacionadas para o tráfico de ouro, de marfim e de escravos (actividade de responsabilidade partilhada entre comerciantes negreiros, chefes africanos escravistas e uma elite crioula de intermediários). Segundo Silva Porto, «até meados do século XIX, a África integrava-se no comércio internacional, através dos escravos que enviava para a América. Recebia manufacturas europeias, mas não dispunha de um produto de troca que pudesse interessar directamente a Europa»<sup>8</sup>. Nessa altura, como bem assinalou o historiador norte-americano Douglas Wheeler, «a colónia de Angola era pouco mais que uma “feitoria militar-comercial”»<sup>9</sup>.

Em meados do século XIX, «o médico alemão George Tams descreve pormenorizadamente a vida económica e social de cidades como Benguela, Luanda e Novo Redondo». De acordo com as suas observações, as movimentações dos núcleos litorâneos animavam-se a cada dia com a chegada de caravanas vindas do interior, carregadas de marfim, de cera e de urzela, mas também de escravos que entravam à noite em surdina, em razão das interdições que já se faziam sentir. Ao longo dos trajectos pela costa, entre Moçamedes e Ambriz, deparava-se com situações características de um comércio considerado ilegal, marcado por uma dinâmica imposta pela presença do esquadrão britânico e pelas leis europeias antitráfico. Tams «localiza agentes, feitorias de várias nacionalidades e barracões improvisados que se espalhavam por praias ermas e pequenos ancoradouros em zonas quase despovoadas, “essas belas solidões” que, só eram atravessadas quando os apanhadores de escravos as atingiam »<sup>10</sup>.

Os grandes negreiros (Arsénio Carpo, Pinto da Fonseca, Nicolau Tabana e, ainda, as negras Ana Francisca Ferreira Uberty e Ana Joaquina dos Santos Silva) aparecem frequentemente nos textos de Tams, que escreve: «Todos eram iguais, porque duvido que houvesse um só que não fosse negociante de escravatura e que recusasse entrar em qualquer transação criminosa, contanto que por meio dela pudesse aumentar os seus lucros»<sup>11</sup>.

Ana Francisca Ferreira Uberty, viúva de um médico natural da Sardenha, um degredado que se estabelecera em Luanda, «tinha nascido no interior da África e havia sido trazida como escrava para Luanda, onde vivia

---

<sup>8</sup> SANTOS, Maria Emília Madeira, *DIÁRIO DE ANTÓNIO FRANCISCO FERREIRA DA SILVA PORTO: Viagens e Apontamentos de um Portuense*, p. 33.

<sup>9</sup> WHEELER, Douglas e PÉLISSIER, René, *História de Angola*, p. 85.

<sup>10</sup> WISSENBACH, Maria Cristina Cortez, *Ensaio sobre a Obra VISITA ÀS POSSESSÕES PORTUGUESAS NA COSTA DE ÁFRICA, por George Tams*, Fundação Biblioteca Nacional, 2009, «Apresentação», p. 4.

<sup>11</sup> *Idem*, p. 18.

então com pompa, manejando um próspero negócio de escravatura»<sup>12</sup>. Seria uma das pessoas que maior negócio faria com escravos.

Quanto a Ana Joaquina dos Santos Silva, a «*Rainha do Bengo*» como era chamada pelos oficiais franceses que se hospedavam junto da sua casa, a sua riqueza teria resultado «não apenas dos benefícios alcançados através do tráfico, como da prática de comércio lícito e da exploração de terras que lhes pertenciam por herança ou por doação, recorrendo ao trabalho escravo»<sup>13</sup>.

Ambas «possuíam plantações de açúcar na região do rio Bengo, ao Norte de Luanda e em Moçamedes, e tanto uma como a outra subscreviam novos projectos. Ambas haviam participado da fundação da colónia de Moçamedes, onde mantinham agentes de suas firmas luandenses, para tocarem propriedades, mas também para gerenciarem a mercadoria recebida em barracões escondidos longe do mar»<sup>14</sup>. As Anas negreiras seriam, também, senhoras de roças em S. Tomé.

De modo que a ocupação efectiva só começou depois da Conferência de Berlim (1884-1885), cujo Acto Geral, ao substituir os direitos históricos, forçou a um esforço rápido e praticamente impossível de envio de tropas e de funcionários civis para todas as áreas que Portugal pretendia suas. Envolvendo o país, nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX, nas chamadas guerras de «pacificação». «Impunham-nos *de fora*, uma nova forma de acção, que se traduzia pela necessidade de avançarmos pelo sertão e de ocuparmos “em força” os territórios cujos domínios supúnhamos assegurado por solenes tratados», dizia o já referido coronel Vicente Ferreira<sup>15</sup>. E assim, «só nas décadas de 40 e 50 do século XX é que a África “portuguesa” adquiriu os contornos que muitos ainda conhecemos»<sup>16</sup>. A presença efectiva de Portugal nas colónias africanas não terá, pois, excedido umas décadas.

(Construído com excertos dos livros ***Histórias Coloniais*** e ***O Trabalho Forçado (nas colónias portuguesas)***, a publicar brevemente)

---

<sup>12</sup> Ibidem, p. 20 (com referência à obra de Tams, VPP, I, 215).

<sup>13</sup> FREUDENTHAL, Aida, *Arimos e Fazendas: a Transição Agrária em Angola*, pp. 154/155.

<sup>14</sup> DIAS, Jill, «Angola», p. 372, in DIAS, Jill e ALEXANDRE, Valentim, O IMPÉRIO AFRICANO (1825-1890), vol. X, da obra SERRÃO, Joel e MARQUES, Oliveira, *Nova História da Expansão Portuguesa*, Ed. Estampa, Lisboa, 1998.

<sup>15</sup> Coronel Vicente Ferreira, *A Política Colonial Portuguesa em Angola*, p. 13.

<sup>16</sup> Luís Almeida Martins, «As grandes mentiras da História de Portugal», in VISÃO, nº 963, 18.08.2011, p. 77.